

**O ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES/MT– BRASIL:
O CONFLITO DE CLASSES NO CAMPO E A QUESTÃO
DE GÊNERO**

**THE SETTLEMENT MARGARIDA ALVES/ MT –
BRASIL: CONFLICT OF CLASSES IN THE FIELD AND
GENDER ISSUE**

Talita Sgobi Martins
talita_sgobi@hotmail.com

Rosemeire Aparecida de Almeida
rosemeire.almeida@ufms.br

RESUMO

Investigar acerca das lutas ensejadas por meio do antagonismo de classes no estado do Mato Grosso se torna um desafio, haja vista que os conflitos que permeiam as relações no campo onde se constata a concentração fundiária. Nesse contexto mais geral de conflitos de classes no espaço agrário mato-grossense, há também outros conflitos e lutas por afirmação que ocorrem no cotidiano da luta para permanecer na terra. Neste sentido, destacamos a questão de gênero na luta pela terra e para nela permencer, portanto as mulheres camponesas vêm conquistando espaço na vida cotidiana dos assentamentos rurais por meio, principalmente, de suas produções domésticas que na maioria das vezes se viabiliza comercialmente nas associações.

Palavras chaves: Mulheres; assentamentos rurais; extrativismo.

ABSTRACT

Investigate about the struggles the camp through the antagonism of classes in the state of Mato Grosso becomes a challenge, given that the conflicts that permeate the relations in the field where observed land concentration. In this more general context of class conflict in Mato Grosso agrarian space, there are also other conflicts and struggles for affirmation that occur in the daily struggle to stay on earth. In this regard, we highlight the issue of gender in the struggle for land and it the women farmers promotes the production in the everyday life of rural settlements through mainly their domestic productions that are most often commercially viable associations.

Key words: Women; rural settlements; extraction.

INTRODUÇÃO

Este texto é parte de um estudo mais amplo, financiado pela Rede Pro-Centro-Oeste, Pesquisa e Inovação CNPq/MCT/FAP's/Capes/FNDCT, intitulado: “Questão Agrária e transformações socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”. Neste caso em tela, objetiva-se primeiramente caracterizar os assentamentos rurais localizados na microrregião do Alto Pantanal tendo como abordagem a conflitualidade própria da luta de classes. Em um segundo momento, o enfoque é a discussão sobre gênero no PA. Margarida Alves, município em Cáceres.

O Assentamento Margarida Alves foi criado em 1996, como resultado das pressões exercidas pelo grupo de famílias acampadas, este processo durou cerca de seis meses, e contou com 1.500 famílias. Um dos pontos marcantes da fase do acampamento é a “Caminhada até Cuiabá” que não é esquecida pelos assentados, que foram a pé até a capital. Esta foi uma mobilização que teve como objetivo a luta pela viabilização do assentamento, sendo este o primeiro consolidado na região de Cáceres/Mirassol – MT.

Este assentamento, localizado no limite entre os municípios de Cáceres e Mirassol D'Oeste, tem uma área de 3.902 mil hectares, onde foram assentadas 145 famílias. Desta totalidade, temos nove famílias que participam do PAA e PNAE por meio do Grupo das Margaridas. Estas mulheres que formam o grupo têm reconhecimento notório principalmente por causa da melhoria na renda familiar, resultado do trabalho de agregação de valor aos produtos da economia doméstica.

Na atualidade, as mulheres participantes do grupo contam com significativa autonomia econômica, bem como qualidade de convivência coletiva. As discussões políticas são intensamente valorizadas pelas participantes que reconhecem a importância de se discutir estratégias para se permanecer no campo com dignidade, dentre elas a produção de renda via políticas públicas.

A partir do reconhecimento do protagonismo do grupo das Margaridas, algumas temáticas são abordadas neste artigo, a saber: a questão da hierarquia no campo, a dupla jornada que essas mulheres enfrentam, suas dificuldades e anseios por um campo socialmente justo e ambientalmente saudável.

O artigo traz também uma análise da reforma agrária no Brasil, seu significado para a superação das desigualdades sociais, e o quanto essa luta por terra vem se desdobrando em outros campos de disputa.

A Reforma Agrária no Brasil: breves considerações

A reforma agrária foi um debate introduzido pela Economia Política. Pensadores deste campo teórico almejavam, essencialmente, entender como a agricultura se comportava no modo de produção capitalista, e a partir destes debates foi se construindo o corpo teórico que, posteriormente, possibilitou os questionamentos a respeito da distribuição da terra no capitalismo. (STÉDILE, 1997)

O próprio significado etimológico da palavra Reforma Agrária nos ajuda a compreender que ela contém a ideia de renovação da estrutura fundiária.

[...] A palavra reforma deriva do prefixo “re” e da palavra “formare”. A palavra “formare” é a forma de existência de uma coisa ou um sentido. Por sua vez, o prefixo “re” contém um significado de mudança, de renovação. Logo a palavra reforma contém o significado de mudança de uma estrutura preexistente, em um outro sentido determinado. A reforma agrária implica, portanto, a ideia de renovação da estrutura fundiária vigente. Por conseguinte, as leis de reforma agrária constituem-se em instrumentos opostos á estrutura agrária existente, a qual objetiva modificar. (OLIVEIRA, 2005, p.386)

A reforma agrária está fortemente vinculada com as lutas sociais do campo, particularmente as revoltas camponesas contra a omissão do Estado. Portanto, a questão agrária tem como centro essa luta para modificar uma estrutura agrária de uma região ou país, reformando o regime de posse e uso terra.

A ideia central da questão agrária no Brasil é uma revolução agrária, já que o século XX foi marcado no Brasil por uma grande concentração da propriedade privada da terra que gerou muita terra na mão de poucos e pouca terra ou nenhuma terra para uma grande massa camponesa. (OLIVEIRA, 2005).

O objetivo da reforma agrária é mudar a propriedade privada, dividindo e distribuindo para os camponeses. Um conjunto de ações governamentais, principalmente nos países capitalistas centrais, pode modificar a estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção. Porém, não tem sido interessante para os chamados países periféricos fazer essa reforma no uso e posse da terra, mudança está que alteraria simultaneamente a estrutura social a ponto de construir uma nova sociedade.

No Brasil, o debate sobre reforma agrária se constituiu numa bandeira de redemocratização do país no final da década de 1970, quando começou a se avançar o processo de lutas e surgiram novas organizações de trabalhadores do campo. (STÉDILE, 1997).

A principal “arma” de luta neste período foram às ocupações de terras realizadas por numerosas famílias de camponeses sem acesso à terra, com isso surgiram novas

lideranças que passaram a trocar experiências que culminou, em 1984, na criação de um movimento nacional de luta pela terra e pela reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é na atualidade o principal movimento social que luta pela reforma agrária no Brasil e contava, em 2008, com mais de 900 mil famílias vivendo em 7.800 assentamentos rurais. (ZANELLA, 2008).

Por princípio, o MST se propõe a organizar todos os trabalhadores sem terra para alterar a atual estrutura de propriedade da terra, bem como criar formas mais justas para produção e comercialização.

O estado do Mato Grosso e a situação da Reforma Agrária na atualidade

O Estado de Mato Grosso é um dos maiores pólos agropecuários do Brasil e, conseqüentemente, um dos principais centros de poder do agronegócio, situação sustentada pela pecuária de corte, articulada com a produção de soja e algodão. Isso gerou uma estrutura fundiária concentrada, como mostra o quadro 1, em que 7,63% dos estabelecimentos acima de 1000 ha dominam 77,52% da área.

Quadro 1: Estrutura Fundiária - MT – 2006

Classes de área (ha)	Censo Agropecuário (2006)			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 1 a menos de 200	88.860	78,65	4.190.045	8,76
200 a menos de 1000	14.478	12,81	6.560.794	13,72
Acima de 1000	8.624	7,63	37.054.676	77,52
Produtor sem área	1.016	0,91	-----	-----
TOTAL	112.978	100	47.805.514	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 apud ALMEIDA, KUDLAVICZ, 2012.

A presença de camponeses em assentamentos rurais produzindo e vivendo da terra, e outros que almejam conquistá-la, revela outra característica presente no campo mato-grossense, qual seja a existência de uma classe social que está na contramão dos interesses dos latifundiários do agronegócio, estes responsáveis pela agricultura meramente capitalista. Neste sentido, vejamos o resultado da luta pela recriação do campesinato no quadro 2 – ele traz a síntese dos assentamentos de Mato Grosso. São 540 assentamentos conquistados onde vivem 83.839 famílias.

Quadro 1 - Projetos Implantados no Estado de Mato Grosso - 2010

Mato Grosso	Projeto	Área (ha)	Fam. Ass.
Total	540	6.058.326,95	83.839

Fonte: INCRA, 2011.

O apoio e os incentivos que o setor do agronegócio recebe, via políticas públicas do Estado, é imensamente superior ao oferecido à agricultura familiar, que fica em segundo plano, marginalizada e, muitas vezes, sofre com a pressão da agricultura capitalista.

Diante desta realidade adversa deve-se considerar que a luta por terra, e por uma identidade cultural das comunidades tradicionais, revela que o campesinato é uma classe que resiste mesmo em áreas consideradas berços do capitalismo no campo.

[...] Mato Grosso pode ser considerado hoje um dos maiores emblemas da manifestação da questão agrária no Brasil, pois comporta, na atualidade, toda a contradição histórica do problema no país através da expressão do arcaico e do moderno nas técnicas e nas relações sociais de produção; na estrutura social e na forma como faz surgir e trata as questões-problemas relacionadas ao agrário. (GIRARDI et al, 2012, p.2)

Apesar da existência de duas lógicas de se produzir no campo, qual seja do agronegócio e da agricultura camponesa, ocorre numa velocidade acelerada a incorporação das diversas partes do território ao modelo capitalista de se produzir no campo (agronegócio). Isso gera acumulação, concentração e territorialização do capital de forma célere - como aponta o Boletim DATALUTA de Mato Grosso.

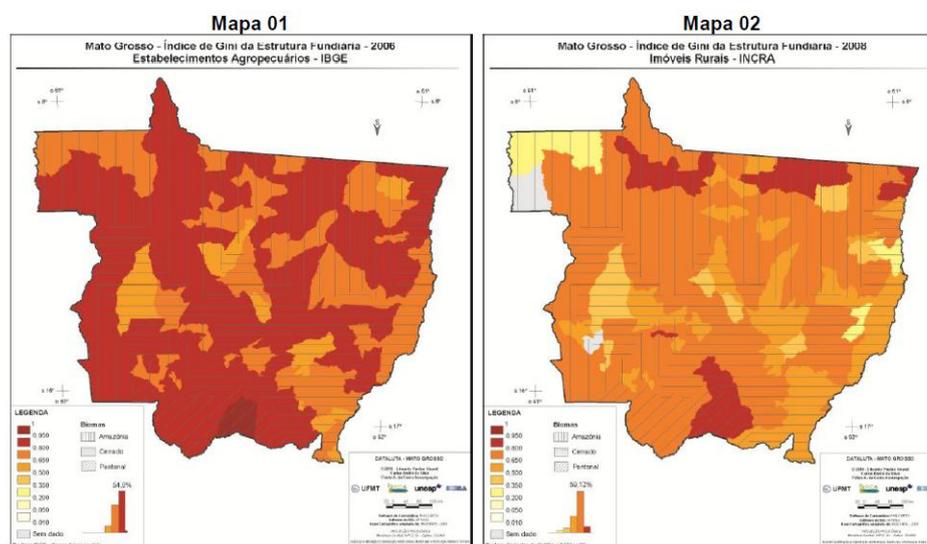
[...] A forma como essas partes do território nacional estão sendo inseridas na economia nacional é altamente depredatória quanto à

exploração do homem e ao uso dos bens comuns da natureza e do Estado para o favorecimento de um número restrito de empresas e pessoas, brasileiras e estrangeiras. (GIRARDI et al, 2012, p.2)

Outro dado importante é que o Censo Agropecuário de 2006 revela que Mato Grosso tem o segundo maior índice de concentração de terra do Brasil, ficando atrás somente de Alagoas.

O índice de Gini da estrutura fundiária de Mato Grosso era de 0,909 em 1985, passou para 0,870 em 1996 e chegou a 0,865 em 2006, ano em que o índice para o Brasil era de 0,856. Em 2006, 122 dos 141 municípios mato-grossenses apresentaram índice de Gini superior a 0,700, grau de concentração da terra considerado alto.

Vejamos os mapas com os referidos índices. (GIRARDI et al, 2012, p.3)



Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon, et al. DATALUTA, 2012.

O estado do Mato Grosso foi desde a década de 1930 o lugar que muitos camponeses, e sem terra, migraram em virtude da existência de terras disponíveis sendo estas, em grande parte, devolutas. Outros optaram em lutar no seu local de origem, situação que está na base de formação do MST.

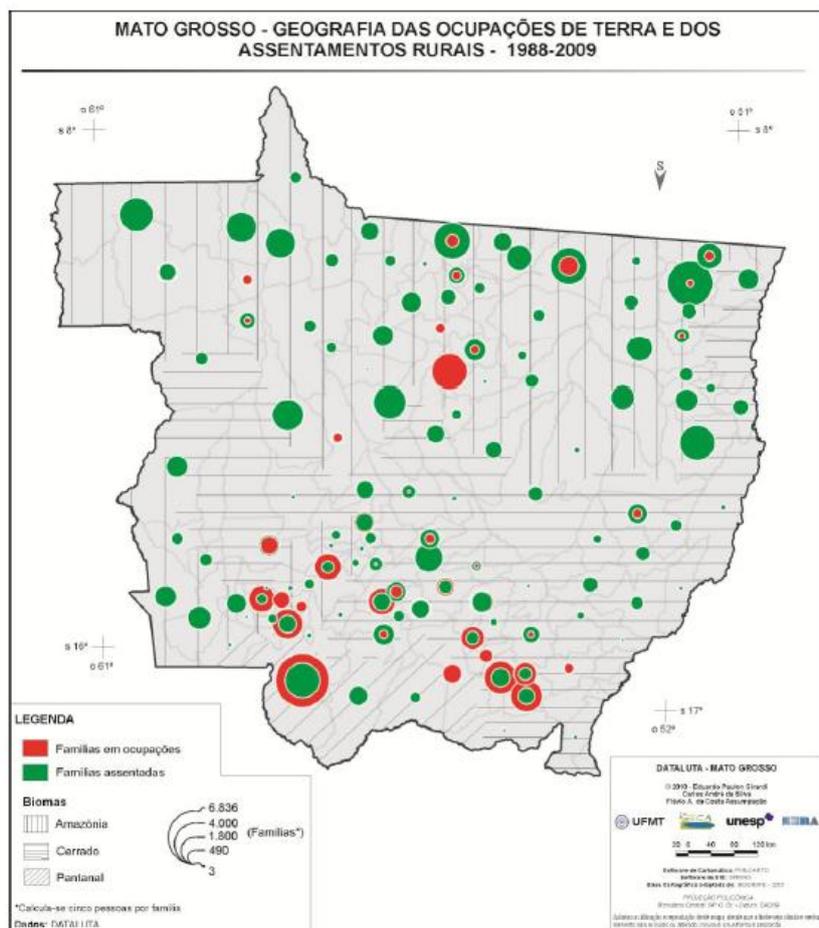
[...] O papel de Mato Grosso na questão agrária brasileira recente é tão importante que, como demonstra Fernandes (2000), no momento da fundação do MST no Sul do país, o dilema dos camponeses era “lutar pela terra ou migrar para Mato Grosso”. Os sulistas tinham como destino a porção central (Cerrado) ou norte (Amazônia) do estado de Mato Grosso. (GIRARDI et al, 2012 p. 4)

As regiões mais populosas do estado de Mato Grosso são Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cáceres, estes municípios possuem presença marcante de trabalhadores rurais e camponeses expropriados, sendo estes potenciais beneficiários da Reforma Agrária. Reforma que ainda precisa de continuidade no MT, apesar do número expressivo de assentamentos, porque este é um dos Estados mais concentrados do Brasil. Os assentamentos implantados ainda têm infraestrutura e acesso aos serviços básicos bastante precários.

Com o número de ocupações de terra diminuindo como mostra as pesquisas do DATALUTA, a luta pela implantação dos assentamentos sofre algumas desarticulações, e com isso a reforma agrária estagna. Porém, o campo não está em silêncio, pois outras lutas ocorrem.

[...] Apesar da diminuição do número de ocupações de terra em Mato Grosso, outras formas de manifestação dos movimentos foram mantidas e têm como foco, além da luta pela terra, a reivindicação de condições para permanecer na terra e melhorar a sua qualidade de vida e produção. (GIRARDI et al, 2012 p. 8).

Na sequência o mapa que exemplifica a situação das ocupações de terra e os assentamentos rurais no período de 1988 – 2009.



Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon, et al. DATALUTA, 2012.

O conceito de gênero e economia doméstica

Falar sobre gênero requer definir a mulher e o homem como indivíduos a serem analisados, portanto cabe ao pesquisador delimitar os aspectos deseja estudar dentro dessa temática ampla que é a questão de gênero. Neste caso em discussão, queremos analisar as relações homem e mulher a partir da economia doméstica no assentamento.

Os referenciais teóricos que abrangem o assunto não são muitos, já que a temática de gênero foi colocada em questão recentemente, principalmente porque há uma dificuldade de enxergar essas questões no campo. Porém, cada vez mais a construção social do ser feminino com discussões sobre o papel econômico da mulher na organização do grupo doméstico, as jornadas dupla ou, até mesmo, tripla, o preconceito e a violência tem sido temas emergentes de pesquisa. E isso demonstra que pensar sobre gênero se torna necessário para entender a reforma agrária.

Acerca deste universo de discussão, vejamos um trecho de Nobre e Silva (1998) citado por Melo (2013, p.1).

[...] O conceito de gênero que adotamos tem por objetivo explicar as relações entre mulheres e homens, dentro do processo social. Ele surgiu após muitos anos de luta feminista e de formulação de várias tentativas de explicação teóricas sobre a opressão das mulheres. Isto é, o ser mulher e o ser homem são entendidos como uma construção social, e é a partir desse referencial que se estabelece o que é o feminino ou masculino e os papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero, uma palavra emprestada da gramática, foi escolhido para diferenciar sexo biológico de construção social do ser masculino e do ser feminino (NOBRE E SILVA, 1998, p. 28).

Tendo como base que gênero é uma construção social, podemos notar que nos momentos em que a mulher tenta se emancipar, ela é reprimida e as diferenças biológicas vêm sendo utilizadas para permitir que algumas atitudes desiguais e opressoras aconteçam no campo, como podemos ver na citação de Elisabete Josefa de Melo:

[...] A mulher possui diferenças biológicas que são utilizadas para justificar atitudes completamente desiguais e opressoras, alheias à natureza da mulher. Exemplo, a maternidade e a obrigação de cuidados com os filhos é atribuída somente à mulher; isso não é natural e nem explica as diferenças biológicas. Para a participação massiva das mulheres na estruturação e organização dos assentamentos, se faz necessário a compreensão dos homens para atenuar o desgaste da mulher com a tripla jornada de trabalho. Pois dessa forma, o coletivo de gênero teria representatividades nas discussões o que, juntamente com os homens, e assim efetivar projetos a serem implantados nos assentamentos de Reforma Agrária. (MELO, 2013, p.1)

As mulheres desempenham um papel fundamental quando se trata de mobilização nos assentamentos, e até em acampamentos. Melo (2013) caracteriza essa capacidade como “*sensibilidade e feminilidade*”, porém nos alerta para o fato de não confundir estas qualidades com submissão.

[...] A mulher não deve ser considerada um “capacho” e viver oprimida pelo homem. Em contrapartida, não é superior para subjugar os homens inferiores. Ela precisa ser vista como adjuntora e estar ao lado do homem para que juntos avancem para mudar a sociedade para se emanciparem enquanto classe social do jugo burguês. (MELO, 2013, p. 3)

Outro ponto preocupante refere-se ao serviço que a mulher exerce no grupo doméstico, uma vez que este não gera, na maioria das vezes, renda monetária, logo não é reconhecido como trabalho. Ou seja, geralmente é caracterizado como “ajuda” – isso

produz esquecimento e desvalorização como complementa Sarti (1997) apud Melo (2013, p. 6).

[...] O trabalho feminino é definido como um “jeito de ser mulher”, sempre enveredado com as lides domésticas e como estas não se expressam em relação monetária, são esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. (SARTI, 1997, p.160)

Voltando a questão da luta entre latifundiários e sem terra - cuja vitória dos camponeses/as constrói assentamentos e nos permite analisar a questão de gênero -, é preciso destacar que os conflitos sociais no campo, segundo Haesbaert (2011), chamam a atenção para o processo de apropriação privada da terra e a concentração fundiária. E nos revelam as formas e maneiras de como o modo de produção capitalista domina o território, impedindo as classes subalternas de terem acesso à terra. E, por outro lado, "desterritorializa" os modos de vida preexistentes para reterritorializar conforme sua própria dinâmica capitalista. E conclui que:

[...] A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador "livre" em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, no outro extremo da pirâmide social a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, sob o famoso dito de que "tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado", seriam as referências mais marcantes do movimento de desre-territorialização capitalista (HAESBAERT, 2011, p. 174 -175).

Com isso, neste cenário de acirramento da concentração da terra pela expansão das monoculturas, tem-se o empobrecimento dos camponeses e, conseqüentemente, a crise das lutas sociais, pelo fato de que estas áreas que deveriam ser destinadas a plantações de consumo popular, são ocupadas por grandes agroindústrias, voltadas para atividades monocultoras, alterando a real função da terra que é produzir alimentos.

Porém, a luta para voltar e ficar na terra não cessa. É neste sentido que Kudlavicz (2010) nos afirma que os camponeses com a posse da terra...

[...] (re) constroem sua identidade, seu modo de vida, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema vigente e acirrando as contradições na medida em que se negam a ser meros produtores de mercadorias. Desejam ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. Cultivam a terra a partir dos seus conhecimentos e tecnologias apropriadas às suas condições financeiras, e adequadas às características da região, produzindo um alimento saudável para a sua família, para a comunidade e para o país. (KUDLAVICZ, 2010, p. 104)

É indiscutível que na atual fase do sistema de produção capitalista, pela inserção do capital agroindustrial no campo, criam-se novas barreiras para a classe camponesa, expressas tanto pela utilização de modernas tecnologias no uso e ocupação da terra, como também pela subordinação da produção camponesa ao mercado.

Conforme Almeida (2009), precisamos compreender que não existe o único modelo econômico, onde a sociedade civil para ter acesso aos alimentos básicos precise depender de dinheiro para comprá-lo. Ou seja, mesmo no capitalismo existe outras economias, como a doméstica onde as famílias podem produzir comida no campo.

[...] o princípio da terra dos pobres, principalmente quando se trata de Reforma Agrária, de modo que ela seja sinônima de terra de trabalho e da vida a denunciar a terra de negócio, aquela que precisa concentrar para especular e explorar o trabalho de outrem [...] de modo que a sociedade entenda que não existe apenas um estilo de vida, onde as pessoas comprem comida e os bens que necessitam guiadas pela ditadura do mercado [...]. (ALMEIDA, 2009, p. 13)

Ao trabalhar com os diversos tipos de economias encontradas na sociedade capitalista Shanin (2008) nos revela a existência de três economias: estatal, mercado e, por último, a economia familiar (doméstica). Esta última é apresentada pelo autor como sendo uma economia que possibilita a flexibilidade de adaptação e garantia da própria vida, e que, além disso, garante a reprodução do núcleo familiar.

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não – camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (SHANIN, 2008, p.27)

Sendo assim, é o processo de luta pela posse de terra travada pelos movimentos sociais do campo para implantação da Reforma Agrária que torna possível a desconcentração fundiária pela criação de assentamentos rurais, e o cumprimento da função social da terra exigida pela Constituição Federal de 1988.

Conforme Silva (2012), citando Medeiros, Sousa e Alentejano (1998), com a efetivação de Programas de Reforma Agrária,

[...] os assentamentos, apesar de seu pequeno número, quando considerada a dimensão do problema fundiário brasileiro, têm se constituído em um verdadeiro laboratório de experiências sociais e vêm dinamizando o debate sobre as perspectivas do meio rural

brasileiro e possibilidades de novas alternativas de desenvolvimento. Nos anos 90, desse ponto de vista, surgiram algumas novidades, entre elas o revigoramento da discussão sobre as possibilidades da agricultura familiar como base para um novo modelo de desenvolvimento sustentável da agricultura, o que, por sua vez, tem colocado a demanda por reforma agrária em outro patamar. (MEDEIROS, SOUSA, ALENTEJANO, 1998 apud SILVA, 2012, p.3).

Deste modo, evidencia-se o processo de luta pela terra no Estado de Mato Grosso que é travado pelos movimentos sociais. Eles criam formas de resistência para evitar o desaparecimento, vivendo de acordo com o seu modo de vida, apoiados principalmente na economia familiar.

Analisando os desdobramentos da expansão das empresas agroindustriais, identificamos dois processos em curso em Mato Grosso e que Oliveira (2003) define como de Monopolização do território e Territorialização do capital no campo. O primeiro significa a subordinação e apropriação da renda da terra camponesa pelo capital sem necessariamente expulsar os sujeitos do campo, já o segundo, é um processo contrário em que o camponês não tem acesso a terra, pelo fato desta estar concentrada na mão da elite agrária.

Contra esse domínio capitalista, os camponeses resistem por meio de diferentes formas de luta.

[...] Neste contexto, emergem diferentes formas de lutas pela terra (para resistir, recuperar e/ou entrar na terra), bem como novas formas de organização da unidade de produção (com mudanças na base técnica, diversificação de atividades, aumento na escala de produção etc.). Esses processos vêm possibilitando a reconstituição, em novas bases, da diversidade encontrada entre as configurações camponesas existentes no país. (MARQUES, 2008, p. 60)

Portanto, é dentro deste modelo nacional de apropriação privada da terra no campo que se insere o processo de luta pela terra em Estado de Mato Grosso. Luta esta travada secularmente pelos movimentos sociais.

“A terra é muita coisa, significa muita coisa, sossegado, fica tranquilo, não tem aquela perturbação, aquele barulho da cidade, eu nem me sinto bem em cidade, eu acho muito importante a terra, aqui é meu lugarzinho, meu cantinho, deu ficar meus últimos dias.” (Assentada do P.A. Margarida Alves, 07 de maio de 2012).

O Grupo das Margaridas e a questão de gênero

Para Albuquerque Júnior (2013), os estudos de gênero começaram a aparecer a partir dos anos sessenta do século passado fruto da luta dos movimentos feministas que começaram a reivindicar e discutir as condições de vida da mulher. Portanto, foi esta movimentação que trouxe para o meio acadêmico, em especial para o campo da pesquisa social, a temática de gênero.

Deste modo, totalmente ligado ao feminismo, gênero tem um caráter político e está extremamente vinculado com os movimentos sociais de luta pela transformação da sociedade.

[...] busca provocar mudanças, transformações na condição social das mulheres, questionando, também, as maneiras de pensar, os valores, os costumes, os códigos culturais e, principalmente, os próprios conceitos, a própria linguagem que definem o que seria o feminino, a que estariam afeitas as mulheres, que lugares deveriam ocupar na sociedade, quais deveriam ser seus desejos e comportamentos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 1)

A relação entre movimentos sociais e gênero ocorre porque os movimentos de forma geral questionam as hierarquias construídas a partir da sociedade, situação que também permeia os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.

[...] Esses movimentos lutam pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, ou seja, por questões específicas, acabam tocando em temáticas muito importantes que afetam a estrutura social e a própria constituição da sociedade. Isso aconteceu, por exemplo, com o movimento feminista, que provocou uma revisão a respeito da hierarquia entre os gêneros e politizou o espaço doméstico. (SANTOS, 2011, p. 84)

O Grupo das Margaridas surgiu como fruto da luta pela informação e formação das mulheres no assentamento. Muitas sequer conheciam seus direitos, e foi a partir deste espaço criado pelo grupo que se efetivou as palestras sobre direitos, cursos de indústria doméstica e, posteriormente, o conhecimento das políticas públicas do governo federal. Como o tempo percebeu-se que a identidade foi sendo criada e essas mulheres começaram a entender seu papel no processo de luta pelo seu espaço e também que na verdade não eram inferiores, mas sim, com capacidades diferentes.

Quando se destaca a construção de igualdade de gênero remete a um olhar para a trajetória das mulheres, e, como elas foram se colocando na história, visto que por muito tempo foram consideradas seres inferiores e incapazes. Para saírem da invisibilidade e do espaço considerado secundário, as mulheres foram busca da luta, da resistência e da organização. (SANTOS, 2011, p.86)

Há entre o Grupo uma troca de experiências, tanto na escala regional como em encontros de âmbito nacional, por meio disso realizam trabalhos de produção e agregação de valor aproveitando o bioma local, que se faz via beneficiamento dos frutos do cerrado. Foi assim por meio da conversa que, segundo as mulheres do grupo, surgiu a ideia de produzir para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo que a assistência ficou a cargo da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE).

Contam hoje com uma cozinha, na qual a produção por semana é de 235,83 quilos no total, considerando os seguintes produtos: pão, bolacha e mesocarpo. Cada mulher tem seu horário de trabalho e recebe pelo que produz.

Quadro 01: Produção do Grupo Margaridas (2011)

Pão Enriquecido (kg)	Bolacha Enriquecida (kg)	Mesocarpo(kg)
86 kg/semana	50,25 kg/semana	99,58 kg/semana

Fonte: ARPEP

O assentamento teve várias associações que não surtiram resultados, elas eram mistas - mas com predominância masculina. Algumas assentadas que pertencem ao Grupo das Margaridas acreditam que estas “associações dos homens” possuíam muitas desavenças e por isso fracassaram, pois “os homens” não cediam nas ideias o que impedia o trabalho coletivo.

O sucesso do Grupo das Margaridas pode ser evidenciado nas viagens constantes para participar de feiras em diferentes partes do Brasil, e isso traz um mundo novo e as motivam para continuar a luta em casa e no assentamento. O relato de uma assentada que participa do grupo nos permite apreender o que significa para essas mulheres pertencer a esta equipe: “*são mulheres de garra porque o trabalho coletivo, trabalho em grupo não é fácil, mas nós temos aquela força, que a gente tem conseguido, manter esse grupo em pé, erguido.*” (Assentada do Margarida Alves, 2012).

Percebe-se também que a condição econômica das mulheres do grupo melhorou, pois o dinheiro no final do mês é garantido se no caso a produção for entregue conforme o estipulado pelo projeto, situação que ajuda na consolidação da economia familiar.

Apesar dos reconhecidos avanços do Grupo das Margaridas, cabe colocar alguns questionamentos, principalmente aqueles ligados a construção social de gênero, ou seja, a definição de feminino e masculino. Ou seja, será que o protagonismo econômico do Grupo implicou numa revisão daquela tradicional distribuição de tarefas que historicamente determinou a dominação do homem sobre a mulher? Rompeu com a sobrecarga que geralmente sobra para mulher no campo onde, além de suas tarefas cotidianas (casa, filhos, horta, roça), agora se soma o trabalho fora do lote?

Partindo do pressuposto de que gênero é uma construção social, podemos notar que mesmo as tentativas mais remotas de emancipação da mulher foram reprimidas pela sociedade, com seus conceitos e tabus. Contudo, a indignação à inércia, tem levado a inclusão da mulher em áreas outrora ocupadas somente pelos homens. A mulher possui diferenças biológicas que são utilizadas para justificar atitudes completamente desiguais e opressoras, alheias à natureza da mulher. Exemplo, a maternidade e a obrigação de cuidados com os filhos é atribuída somente à mulher; isso não é natural e nem explica as diferenças biológicas. Para a participação massiva das mulheres na estruturação e organização dos assentamentos, se faz necessário a compreensão dos homens para atenuar o desgaste da mulher com a tripla jornada de trabalho. (MELO, 2013, p. 1)

As dificuldades enfrentadas no momento se referem à duração dos projetos (no caso PAA e PNAE), pois em 2011 teve duração de nove meses, e quando se iniciou o ano de 2012, não havia ainda sido aprovado o novo. Situação que atrasou o início dos trabalhos de fornecimento dos produtos, pois se não tem o dinheiro do projeto, não há como fazer as compras dos ingredientes para iniciar a produção.

Porém, na visão das assentadas pertencentes ao grupo as vantagens de vender para o PAA são muitas, visto que o pagamento é certo, efetuado mensalmente e não precisa mais de atravessadores.

Para estas camponesas assentadas a estabilidade destes programas governamentais motivam a produção mesmo que os preços pagos sejam inferiores ao da venda ao mercado convencional, pois este último é incerto.

As mulheres do Grupo das Margaridas ajudam na renda familiar e sentem que por causa dessa inserção econômica estão sendo mais valorizadas, inclusive para elas o fato de produzir é interessante também para a economia do assentamento.

Considerações Finais

Quando se trata da temática de gênero, o debate deve ultrapassar as questões biológicas para apontar relações sociais e culturais onde às hierarquias foram construídas há tempos atrás, situação que edificou uma sociedade extremamente machista, em que, por exemplo, o salário do homem é mais alto que o da mulher.

Por isso que foi por meio do movimento feminista que as mulheres conseguiram seus maiores avanços na desconstrução destas dominações. Nas universidades muitas feministas começaram a estudar toda essa construção histórica que foi imposta e que, até então, as mulheres não percebiam e, por isso, julgavam não ter vontade própria, a não ser servir ao homem.

Através do movimento feminista, as mulheres passaram a questionar os seus papéis que eram predefinidos em função da reprodução da espécie, ou seja, elas eram subordinadas aos homens. A cultura ocidental considerava a mulher um ser mais fragilizado e incapacitado para assumir a direção de outras instituições, com a família. Assim, o homem era visto como o forte, detentor de toda a autoridade e poder de mando decorrente de sua força física, assumindo o controle dentro da sociedade. (SANTOS, 2011, p. 90)

Pode-se perceber que as políticas públicas voltadas a formar cotas de mercado para os assentados/as ajudou a rentabilidade econômica das mulheres do Grupo das Margaridas, e a condição de vida melhorou - bem como a auto estima delas.

Um das camponesas participantes do grupo, disse: *“esse sofá que você está sentada foi comprada com o dinheiro do Grupo, era meu sonho..”*. Isso demonstra a importância deste espaço conquistado por estas mulheres camponesas. Porém, geralmente, significa também mais sobrecarga de trabalho.

A estrutura familiar de uma unidade de produção camponesa tende a ser hierarquizada, tendo no homem o chefe da família. Neste sentido, geralmente a mulher é responsável pelos trabalhos da casa-quintal e quando assume outras atividades, isso se soma aumentando suas atividades dentro e fora do lote. Melo (2013, p.1) retrata bem esse contexto em que as mulheres *“Trabalham nas lides domésticas, contribuem no orçamento familiar com sua participação, nas colheitas e quando ingressam na militância lhe é reservada uma terceira jornada”*, o que é compromete sua para sua saúde física e mental.

Portanto, acreditamos que o trabalho do grupo Margaridas tem sido um passo importante no sentido de superar a costumeira invisibilidade do serviço feminino. Pois elas produzem com a biodiversidade local, utilizam do cerrado produzindo, por exemplo, a farinha de babaçu - que é um produto agroecológico e ambientalmente saudável, cuja venda é voltada para programas do Governo Federal, PNAE e PAA. E com isso a

alimentação das crianças se torna enriquecida, como relata as componentes do Grupo, ou seja, o mesocarpo triturado é uma farinha importante no desenvolvimento das crianças, melhora até mesmo o desempenho escolar.

Segue um depoimento revelador das mudanças que o assentamento e o trabalho produziram na vida das mulheres. A assentada conta que tinha uma jornada de trabalho bem maior antes de morar no assentamento, e diz ainda que depois que começou a participar do Grupo das Margaridas sua vida melhorou. Lembra ainda que já tinha desenvolvido problemas de saúde devido ao trabalho na cana de açúcar, sendo que esta atividade a impedia de ver seus filhos. Situação de milhares de mulheres trabalhadoras rurais que sequer tem a oportunidade de ir a luta para conquistar sua terra.

“Trabalhei cinco anos na cana, na Usina. Ah é difícil, hein. Trabalhar na cana, não é fácil, não. Você tem que levantar cedo. No primeiro ano que eu entrei eu via meus filhos, só de domingo, eu saía na segunda, duas horas da manhã, eu chegava meus filhos tava dormindo, né? Eu saía de novo, eles tavam dormindo, e pra conversa, de mãe e filho? Levantar de manhã cedo com sol e com chuva, é difícil pra nós que é mulher. Vai tomando sol, você só tem uma hora de almoço, e me deu uma dor de cabeça, que meu marido não deixou mais eu ir, e depois nós viemos para cá, só que não estou aquela pessoa 100%, porque você toma muito sol, acaba com a saúde da gente, eles não quer saber, se você não for um dia, desconta dois dias, aí depois a madrinha Rita me convidou e eu aceitei entrar no grupo.” (Assentada do P.A. Margarida Alves, 07 de maio de 2012)

Quando indagado às mulheres participantes do Grupo das Margaridas se recebiam ajuda do marido, e do restante da família, elas garantem que sim. Porém, revelam que no início elas não confiavam no projeto da ARPEP, foram o tempo e a experiência que revelou a importância do trabalho da mulher no contexto do grupo familiar. Fato que demonstra o “peso” da construção social em que o “papel” da mulher é ser “rainha do lar”, fora disso tem que provar competência.

Falar da construção do paradigma de gênero representa afastar-se do sentido biológico e aproximar-se do social e do cultural. O sentido da identidade social que se prendia ao biológico analisa a mulher, mas descartava as relações sociais e culturais. A identidade de mulher é construída em confronto com as relações que se mantém do “outro” biológico, mas também com o “outro” cultural que pode ser do mesmo sexo. O termo gênero surgiu no espaço acadêmico no movimento em que as pesquisadoras feministas buscavam através dos chamados estudos das mulheres, desmistificarem a atribuição da condição da mulher na sociedade. (SANTOS, 2011, p. 86)

Destaca-se na fala de umas das assentadas entrevistadas uma mudança na hierarquia das relações da família camponesa, consequência de uma nova realidade

econômica da mulher dentro do assentamento: “(...) *hoje se tem alguma prestação que está vencendo ele não tem o dinheiro eu tenho, eu dou para ele pagar...*”.

Elas também revelam que hoje os homens admiram e até contribuem com os trabalhos mais pesados, por exemplo, retirando o floco do babaçu, que, posteriormente, é triturado, tornando-se farinha. Mas há contradições, pois nem sempre é assim. Outra entrevistada conta que enfrentou a dominação do marido, uma vez que ele não queria que ela saísse de casa, sendo que até abriu mão de fazer algumas coisas para não ter confusão com o marido. Situação reveladora dessa construção social em que mulher tem que ficar dentro de casa.

“Quando eu entrei no Grupo, se fosse pelo meu marido eu nem participava, porque ele é assim, ele é bom e tudo, você tem que ficar ali sabe, desses homens machistas, que a mulher tem que ficar ali, se ela sair da porta para fora já está aprontando, às vezes eu deixo de fazer para evitar as brigas, assim como o homem tem liberdade, o direito tinha que ser de todos, direito tinha que ser igual, não ter esses homens para a mulher fazer só o que eles querem.” (Assentada do P.A. Margarida Alves – MT, 07 de maio de 2012)

A quantidade de associadas no Grupo das Margaridas ainda é relativamente baixa tendo em vista o número de assentadas. Alega-se que muitas mulheres queriam participar, mas por causa da proibição dos maridos, isso ainda não é possível.

Neste contexto de avanços e limites, é interessante resgatar Farias (2005) que considera que as famílias nos assentamentos hoje vivem em uma redefinição produtiva que tem como base as referências anteriores e as novas necessidades. Sendo a mulher a força motriz dessas mudanças.

[...] Elas procuram criar mecanismos de discussão e participação para decidirem alternativas de produção com características coletivas e solidárias, imprimindo novas conotações nas relações de trabalho, criando mecanismos para o reconhecimento de seu estatuto de trabalhadora rural. (FARIAS, 2005, p.163)

Enfim, neste processo destaca-se a criatividade destas mulheres, que vem da própria necessidade de permanecer na terra com dignidade, contribuindo com a reprodução do grupo familiar e com a história do assentamento. E o grupo das Margaridas não pode ser ignorado nesta luta, pois elas conquistaram reconhecimento notório e são vistas como exemplo de resistência, inclusive com receitas criadas e aprimoradas por elas próprias.

Hoje, as mulheres participantes deste grupo contam com certa independência econômica, podem comprar e ajudar a pagar as dívidas da família, possuem visibilidade

social, e também podem desfrutar da convivência e apoio do grupo, cujas discussões são intensamente valorizadas pelas participantes. Porém, algumas ainda enfrentam jornadas duplas, triplas, ou seja, a autonomia econômica não se converteu em desconstrução do papel feminino de “rainha do lar”. Ou seja, há casos em que mesmo com jornada de trabalho fora do lote são também as responsáveis pela casa e por todos os afazeres considerados “femininos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Política ou Polícia de Gênero: estudos de gênero, movimentos sociais e identidades**. Acesso em 20/06/2013 – Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/politica_policia_de_genero.pdf

ALMEIDA, Rosemeire A. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de, KUDLAVICZ, Mieceslau, SILVA, Tânia Paula. **Agropecuária e transformações territoriais em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na última década: estudo comparativo dos dados censitários**. Três Lagoas, 2012 (Mimeografado).

FARIAS, Maria de Fátima Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. São Paulo: Uniara/MDA, 2008. p. 151 -170

GIRARDI, Eduardo Paulon, et al. **Boletim Dataluta Mato Grosso. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**. Presidente Prudente, maio de 2012, número 53.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário Mato Grosso**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós Graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Elisabete Josefa. **Gênero e Jornada de Trabalho em Assentamentos Rurais**. Acesso em 14/02/2013 – Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA21/elisabetev2n1out2001.pdf>

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Reforma Agrária. In: MOTTA, Márcia (Orgs.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 385 - 391

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. In: **Revista Internacional de Direitos e Cidadania**, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Tânia Paula da. **Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa**. Artigo apresentado no XVII Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. 4 edição. São Paulo: Atual, 1997.

ZANELLA, Julio. **Apoio aos assentamentos**. Acesso em 13/02/2013. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/238/capa.php>